

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA****CONCURSO PÚBLICO PARA A OUTORGA
DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E
REGISTRAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO Nº 001/2015 CECPODNR****- REMOÇÃO -****TIPO DE PROVA****2**

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Registros Públicos, Direito Notarial e Protesto de Títulos	01 a 28	1,00 cada
Direito Civil	29 a 46	1,00 cada
Direito Empresarial/Comercial	47 a 64	1,00 cada
Direito Administrativo	65 a 71	1,00 cada
Direito Constitucional	72 a 78	1,00 cada
Direito Processual Civil	79 a 85	1,00 cada
Direito Tributário	86 a 92	1,00 cada
Direito Penal e Processual Penal	93 a 97	1,00 cada
Conhecimentos Gerais	98 a 100	1,00 cada

**FAURGS**
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____





FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **100** (cem) questões objetivas.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 Os candidatos que comparecerem para realizar as Provas **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives*, chaves com alarmes de carro ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos auriculares (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência auditiva, ou de candidato que solicitou atendimento especial), óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do Concurso.
- 5 É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de Prova munido de caneta esferográfica de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua prova. Não será permitido o uso de lápis, marca textos, lapiseira/grafite e/ou borracha durante a realização da Prova.
- 6 É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da elipse, na FOLHA DE RESPOSTAS (Óptica), indicando o tipo de prova que realizou (1, 2, 3 ou 4).
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos.
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **cinco horas (5h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 O candidato somente poderá se retirar da sala de prova duas horas (2h) após o seu início.
- 12 O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, não poderá utilizar os sanitários das dependências do local de Prova.
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Concurso.
- 14 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala das provas objetivas de seleção não poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, até que o derradeiro deles entregue sua prova, assinando o respectivo Termo.
- 15 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.



01. Conforme previsto na Lei nº 6.015/1973, todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de

- (A) trinta dias, que será ampliado em até seis meses para os lugares distantes mais de sessenta quilômetros da sede do cartório.
- (B) dez dias, que será ampliado em até seis meses para os lugares distantes mais de cem quilômetros da sede do cartório.
- (C) quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.
- (D) trinta dias, que será ampliado em até seis meses para os lugares distantes mais de cinquenta quilômetros da sede do cartório.

02. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre a declaração de nascimento, nos termos da Lei nº 6.015/1973.

- (A) Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de quatro pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
- (B) Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, deverá solicitar mandado de averiguação na casa do recém-nascido para verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
- (C) Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
- (D) Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de três pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

03. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre a alteração do nome, conforme a Lei nº 6.015/1973.

- (A) A alteração, em qualquer tempo, somente é permitida por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público.
- (B) O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioria civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa.
- (C) O interessado, nos dois primeiros anos após ter atingido a maioria civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa.
- (D) O interessado, nos três primeiros anos após ter atingido a maioria civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa.

04. Assinale a alternativa que apresenta o número de testemunhas exigido pela Lei nº 6.015/1973 para a celebração de casamento, na hipótese de iminente risco de vida de algum dos contraentes, quando não for possível a presença da autoridade competente para presidir o ato.

- (A) oito
- (B) duas
- (C) quatro
- (D) seis

05. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre o Registro Civil das Pessoas Naturais na Lei nº 6.015/1973.

- (A) O oficial de registro civil deve comunicar o óbito ao Instituto Nacional do Seguro Nacional, ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Trabalho.
- (B) O oficial de registro civil comunicará o óbito à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, exceto se, em razão da idade do falecido, essa informação for manifestamente desnecessária.
- (C) O oficial de registro civil comunicará o óbito à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, independentemente da idade do falecido.
- (D) O oficial de registro civil deve comunicar o óbito ao Superior Tribunal Eleitoral, ao Instituto Nacional do Seguro Nacional e ao Ministério da Justiça.

06. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre reconhecimento de filhos na Lei nº 8.560/1992.

- (A) Na hipótese de concepção decorrente de relação extraconjugal, tal circunstância deverá constar na certidão de nascimento.
- (B) Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial deverá averiguar a identidade do suposto pai.
- (C) É vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.
- (D) O filho maior pode ser reconhecido sem o seu consentimento.

07. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre registro de imóveis na Lei nº 6.015/1973.

- (A) As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis são objeto de averbação.
- (B) As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis são objeto de registro.
- (C) As cédulas hipotecárias são objeto de registro.
- (D) A caução e a cessão fiduciária de direitos relativos a imóveis são objeto de registro.

08. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre o registro da regularização fundiária urbana, incluída na Lei nº 6.015/73 pela Lei nº 12.424/2011.

- (A) Na hipótese de o auto de demarcação urbanística incidir sobre imóveis ainda não matriculados, previamente à averbação, a matrícula a ser aberta deve refletir a situação registrada do imóvel, exigindo-se a retificação do memorial descritivo e a apuração de área remanescente.
- (B) O registro da regularização fundiária urbana de que trata a Lei nº 11.977/2009 (institui o Programa Minha Casa Minha Vida) deve ser requerido diretamente ao oficial do registro de imóveis e será efetivado independentemente de manifestação judicial.
- (C) O registro da sentença de usucapião, da sentença declaratória ou da planta, elaborada para outorga administrativa, da concessão de uso especial para fins de moradia, depende de aprovação de projeto de regularização fundiária.
- (D) No procedimento de demarcação urbanística, não se admite o registro de parcelamento decorrente de projeto de regularização fundiária quando a área parcelada, correspondente ao auto de demarcação urbanística, supere a área disponível nos registros anteriores.

09. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre Cédula de Crédito Bancário.

- (A) Os bens constitutivos de garantia pignoratícia em favor de Cédula de Crédito Bancário não poderão permanecer sob a posse direta do emitente.
- (B) A Cédula de Crédito Bancário não pode ser protestada por indicação.
- (C) A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário depende de registro.
- (D) É dispensado o protesto das Cédulas de Crédito Bancário para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.

10. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta em relação às regras instituídas pela Lei nº 10.257/2001.

- (A) O prazo de vigência do direito de preempção não pode ser superior a cinco anos, podendo ser renovado a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.
- (B) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada quinze anos.
- (C) A elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.
- (D) As áreas em que incide o direito de preempção devem ser delimitadas por decreto do Prefeito Municipal.

11. Assinale a alternativa que completa as lacunas do trecho abaixo em conformidade com o regime da alienação fiduciária estabelecido na Lei nº 9.514/97.

No prazo de ____ dias, a contar da data de liquidação da dívida, o fiduciário fornecerá o respectivo termo de quitação ao fiduciante, sob pena de multa em favor deste, equivalente a ____ por cento ao mês, ou fração sobre o valor do contrato.

- (A) trinta – meio
- (B) cinco – dez
- (C) dez – cinco
- (D) quinze – um

12. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre parcelamento do solo urbano na Lei nº 6.766/1979.

- (A) Em caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis por ele levadas a efeito no imóvel deverão ser indenizadas, salvo disposição contratual em contrário.
- (B) Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 2 (dois) anos, sob pena de caducidade da aprovação.
- (C) É vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis no plano diretor ou em legislação dele derivada.
- (D) Não se admite, nos parcelamentos populares, a cessão da posse em que estiverem provisoriamente imitidas a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades delegadas.

13. Conforme a Lei nº 6.015/1973, estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros,

- (A) os contratos de parceria agrícola ou pecuária.
- (B) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, desde que acompanhados dos respectivos instrumentos.
- (C) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal.
- (D) os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens imóveis e os de alienação fiduciária.

14. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do Registro de Títulos e Documentos prevista na Lei nº 6.015/1973.

- (A) O oficial responde pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, tão somente por vício intrínseco do documento.
- (B) O oficial responde objetivamente pelos danos decorrentes da anulação do registro por vício intrínseco ou extrínseco do documento.
- (C) O oficial nunca será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento.
- (D) O oficial, salvo quando agir de má-fé, devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.

15. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do registro de títulos e documentos prevista na Lei nº 6.015/1973.

- (A) O serviço das notificações e demais diligências poderá ser realizado por escreventes designados pelo oficial e autorizados pelo Juiz competente.
- (B) O oficial deverá sobrestar o registro de título ou documento que não se revistam das formalidades legais.
- (C) Se o oficial suspeitar de falsificação, poderá cancelar o registro depois de protocolado o documento.
- (D) As procurações deverão trazer reconhecidas as firmas dos outorgados.

16. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do registro de títulos e documentos prevista na Lei nº 6.015/1973.

- (A) O serviço das notificações e demais diligências poderá ser realizado por escreventes designados pelo Juiz competente.
- (B) Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.
- (C) As folhas do título, documento ou papel que tiver sido registrado e as das certidões somente serão rubricadas pelo oficial a pedido dos apresentantes.
- (D) As declarações no protocolo, bem como as dos registros e das averbações lançadas no título, documento ou papel, e as respectivas datas não podem ser apostas por carimbo.

17. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do Registro Civil das Pessoas Jurídicas na Lei nº 6.015/1973.

- (A) No registro civil das pessoas jurídicas, serão matriculados os jornais e demais publicações periódicas.
- (B) A existência legal das pessoas jurídicas começa com a celebração de seus atos constitutivos pelos respectivos fundadores.
- (C) O oficial do registro deve indeferir de plano o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas que indiquem atividades ou destino ilícitos.
- (D) Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos, devem ser apresentadas cinco vias do contrato, estatuto ou compromisso.

18. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do Registro Civil das Pessoas Jurídicas na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Para o registro devem ser apresentadas duas vias do estatuto, compromisso ou contrato, pelas quais far-se-á o registro, mediante petição do representante legal da sociedade.
- (B) Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta, o registro ficará suspenso.
- (C) Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, podendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre isentos de responsabilidade por qualquer erro ou omissão.
- (D) Incumbe ao requerente do registro apresentar prova pré-constituída de que a pessoa jurídica não exercerá atividades contrárias à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

19. No que refere à atuação do tabelião de notas, assinale a alternativa que contém afirmação correta.

- (A) O tabelião de notas encarregado da formalização jurídica da vontade deve ser aquele situado no domicílio das partes ou no local de situação dos bens objeto no negócio.
- (B) É livre às partes a escolha do tabelião de notas.
- (C) O tabelião de notas encarregado da formalização jurídica da vontade deve ser, necessariamente, aquele situado no domicílio das partes.
- (D) O tabelião de notas encarregado da formalização jurídica da vontade deve ser, necessariamente, aquele situado no local de situação dos bens objeto no negócio.

20. Para valer-se da certificação digital, o notário deverá

- (A) ser conhecido como autoridade de registro.
- (B) constituir-se autoridade certificadora raiz.
- (C) possuir um par de chaves criptográficas.
- (D) solicitar autorização à Corregedoria-Geral da Justiça.

21. Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, o Tabelião consignará a apresentação

- (A) das certidões fiscais e das certidões de propriedade e de ônus reais, sendo dispensada a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos*.
- (B) do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos*, as certidões fiscais e as certidões de propriedade e de ônus reais.
- (C) do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos* e as certidões fiscais, sendo dispensadas as certidões de propriedade e de ônus reais.
- (D) do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos* e certidões de propriedade e de ônus reais, sendo dispensadas as certidões fiscais.

22. No que refere à competência do tabelião, assinale a alternativa que contém afirmação correta.

- (A) O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebe delegação.
- (B) Desde que devidamente autorizado pela Corregedoria-Geral de Justiça, o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebe delegação.
- (C) Desde que devidamente autorizado pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca, o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebe delegação.
- (D) Desde que devidamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça, o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebe delegação.

23. São requisitos formais do ato notarial, quando não versar sobre bens imóveis,

- (A) a declaração do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza das partes e demais comparecentes, a cópia das certidões fiscais e a assinatura do Tabelião ou seu substituto, encerrando o ato.
- (B) a localidade e a data de sua realização, a cópia das certidões fiscais e a assinatura das partes e demais comparecentes, quando for o caso.
- (C) a redação na língua portuguesa, a nomeação ou qualificação das partes e demais comparecentes e a assinatura do Tabelião ou seu substituto, encerrando o ato.
- (D) a redação na língua portuguesa, a localidade e a data de sua realização e a declaração do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza das partes e demais comparecentes, quando for o caso.

24. Assinale a alternativa que **NÃO** aponta documento que incumbe ao Tabelião solicitar quando da lavratura da escritura pública, na partilha de bens.

- (A) Certidão do pacto antenupcial, se houver.
- (B) Carteira de Identidade e número do CPF das partes e do autor da herança.
- (C) Declaração de inexistência de testamento ou certidão do Arquivo Central de Testamentos.
- (D) Alvará judicial.

25. Tratando-se de obrigação prescrita,

- (A) não cabe ao Tabelião de Protestos investigar a ocorrência da prescrição.
- (B) o Tabelião de Protestos deve, obrigatoriamente, reconhecer a prescrição, negando-se a dar seguimento ao procedimento do protesto.
- (C) o Tabelião de Protestos deverá intimar o devedor para que se manifeste sobre a ocorrência da prescrição.
- (D) o Tabelião de Protestos deve, obrigatoriamente, encaminhar a matéria à apreciação do juiz da Comarca.

26. Contados da protocolização do título ou documento da dívida, o protesto deverá ser registrado dentro de

- (A) 5 (cinco) dias corridos.
- (B) 3 (três) dias úteis.
- (C) 3 (três) dias corridos.
- (D) 5 (cinco) dias úteis.

27. Quem pode solicitar certidão de título não protestado?

- (A) O avalista.
- (B) Qualquer interessado.
- (C) Apenas o credor.
- (D) O devedor.

28. O título cujo protesto tenha sido sustado judicialmente

- (A) será arquivado pelo Tabelião de Protestos.
- (B) será imediatamente devolvido ao apresentante.
- (C) somente poderá ser pago com autorização judicial.
- (D) será imediatamente encaminhado à Corregedoria-Geral da Justiça.

29. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da Prescrição no Código Civil.

- (A) A prescrição somente pode ser interrompida pelo devedor.
- (B) Não corre a prescrição, pendendo condição resolutiva.
- (C) A prescrição não se interrompe por protesto cambial.
- (D) A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

30. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da Posse no Código Civil.

- (A) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- (B) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no de turbacão, e segurado no de violência iminente.
- (C) A alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa, obsta a manutenção ou reintegração na posse.
- (D) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força a qualquer tempo.

31. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do regime de bens no casamento prevista no Código Civil.

- (A) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de sessenta anos.
- (B) Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro, comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica.
- (C) É admissível alteração do regime de bens, mediante requerimento ao Oficial do Registro Civil em pedido motivado de ambos os cônjuges.
- (D) Não havendo convenção, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.

32. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do regime de bens no Código Civil.

- (A) As dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, obrigam ao outro, ou a seus herdeiros.
- (B) No caso de bens adquiridos pelo trabalho conjunto, terá cada um dos cônjuges uma quota igual no condomínio ou no crédito por aquele modo estabelecido.
- (C) O direito à meação é renunciável, cessível ou penhorável na vigência do regime matrimonial.
- (D) A administração dos bens é exclusiva de cada cônjuge, que os poderá livremente alienar, se forem imóveis.

33. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina dos Títulos de Crédito ao Portador no Código Civil.

- (A) O devedor só poderá opor ao portador exceção fundada em direito pessoal ou em nulidade de sua obrigação.
- (B) É válido o título ao portador emitido sem autorização de lei especial.
- (C) O proprietário que perder ou extraviar título ou for injustamente desapossado dele poderá exigir do devedor um novo título.
- (D) A transferência de título ao portador se faz por simples evicção.

34. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das Sucessões no Código Civil.

- (A) Os direitos, conferidos ao herdeiro em consequência de substituição ou de direito de acrescer, presumem-se abrangidos pela cessão feita anteriormente.
- (B) Havendo herdeiros necessários, o testador não pode dispor da herança.
- (C) O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro, não pode ser objeto de cessão por escritura pública.
- (D) Até a partilha, o direito dos coerdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio.

35. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das Sucessões no Código Civil.

- (A) O legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além da educação, se ele for menor.
- (B) É eficaz o legado de coisa certa que não pertença ao testador no momento da abertura da sucessão.
- (C) Não o declarando expressamente o testador, reputar-se-á compensação da sua dívida o legado que ele faça ao credor.
- (D) Se aquele que legar um imóvel lhe ajuntar depois novas aquisições, estas se compreendem no legado, salvo expressa declaração em contrário do testador.

36. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta em relação às regras previstas na Lei nº 8.069/90.

- (A) A curatela pode ser deferida à pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.
- (B) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado, do qual se fornecerá certidão.
- (C) É proibido qualquer trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

37. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da realização de inventário, partilha e divórcio consensual, instituída pela Lei nº 11.441/2007.

- (A) O divórcio consensual pode ser realizado por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia dos filhos menores.
- (B) Havendo testamento ou interessado incapaz, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.
- (C) A escritura do divórcio consensual não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.
- (D) O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem de comum acordo, sendo facultativa a assistência por advogado.

- 38.** No caso de alguém desaparecer em campanha, ou for feito prisioneiro, e não for encontrado até dois anos após o término da guerra,
- (A) pode ser aberta a sucessão definitiva, uma vez declarada a ausência.
 - (B) pode ser declarada a sua morte presumida, sem declaração de ausência.
 - (C) deve ser declarada sua ausência, com a designação de curador para os bens do ausente.
 - (D) deve ser aberta a sucessão provisória.
-
- 39.** As empresas individuais de responsabilidade limitada
- (A) são pessoas jurídicas de direito público.
 - (B) não têm personalidade jurídica.
 - (C) têm a mesma personalidade da pessoa natural responsável pela sua constituição.
 - (D) são pessoas jurídicas de direito privado.
-
- 40.** É anulável o negócio jurídico em que se verifique
- (A) não revestir a forma prescrita em lei.
 - (B) simulação.
 - (C) ilicitude do seu objeto.
 - (D) dolo, quando for a sua causa.
-
- 41.** As condições resolutivas impossíveis, ou de não fazer coisa impossível, têm-se por
- (A) válidas.
 - (B) nulas.
 - (C) anuláveis.
 - (D) inexistentes.
-
- 42.** As letras de crédito imobiliário serão emitidas
- (A) sob forma nominativa, sendo intransferíveis.
 - (B) sob forma nominativa, podendo ser transferidas mediante endosso em branco.
 - (C) sob forma nominativa, podendo ser transferidas apenas mediante endosso em preto.
 - (D) sob forma nominativa ou ao portador.
-
- 43.** Nas obrigações alternativas, se uma de duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se for tornada inexequível,
- (A) subsistirá o débito quanto à outra.
 - (B) a obrigação será inválida.
 - (C) a obrigação ficará extinta.
 - (D) a obrigação será tida por inexistente.
-
- 44.** No que se refere à solidariedade passiva, é correto afirmar que
- (A) apenas o devedor culpado pelo atraso responde pelos juros da mora, que poderá exigir a participação dos demais em ações regressivas.
 - (B) todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.
 - (C) apenas o devedor culpado pelo atraso responde pelos juros da mora.
 - (D) todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um, repartindo-se entre todos o montante da obrigação acrescida.
-
- 45.** A prescrição da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na legislação de proteção e defesa do consumidor, iniciando-se o prazo do conhecimento do dano e de sua autoria, se dá em
- (A) seis meses.
 - (B) cinco anos.
 - (C) três anos.
 - (D) um ano.
-
- 46.** Qual, dentre as situações abaixo, **NÃO** depende de autorização prévia e expressa do autor de obra intelectual?
- (A) A inclusão em base de dados, o armazenamento em computador e a microfilmagem.
 - (B) A reprodução, em um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem o intuito de lucro.
 - (C) A adaptação, o arranjo musical e outras transformações.
 - (D) A tradução para outro idioma.
-
- 47.** Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das sociedades no Código Civil.
- (A) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante.
 - (B) Os sócios da sociedade em comum, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de qualquer modo.
 - (C) Os bens da sociedade em comum respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, sendo vedado pacto limitativo de poderes entre os sócios.
 - (D) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.

48. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade em conta de participação no Código Civil.

- (A) A liquidação da sociedade em conta de participação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.
- (B) A falência do sócio participante acarreta a dissolução da sociedade em conta de participação.
- (C) Falindo o sócio ostensivo, o contrato social fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais do falido.
- (D) Salvo estipulação em contrário, o sócio participante não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.

49. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade simples no Código Civil.

- (A) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- (B) Até três anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- (C) Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo nos quinze dias seguintes ao da notificação pela sociedade responderá perante esta pelo dano emergente da mora.
- (D) O sócio cuja contribuição consista em serviços pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

50. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das sociedades simples no Código Civil.

- (A) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente a cada um dos sócios.
- (B) A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até cinco anos após averbada a resolução da sociedade.
- (C) Para formação da maioria absoluta, são necessários votos correspondentes à metade do capital.
- (D) Se a administração competir separadamente a vários administradores, cada um pode impugnar operação pretendida por outro, cabendo a decisão aos sócios, por maioria de votos.

51. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade em nome coletivo no Código Civil.

- (A) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato constitutivo, ou por unânime convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.
- (B) Pessoas físicas e jurídicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e limitadamente, pelas obrigações sociais.
- (C) A sociedade em nome coletivo pode adotar firma ou denominação social.
- (D) A administração da sociedade compete, preferencialmente, a sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.

52. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade limitada no Código Civil.

- (A) Admite-se, na sociedade limitada, contribuição que consista em prestação de serviços.
- (B) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- (C) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social, respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de três anos da data do registro da sociedade.
- (D) A quota é indivisível em relação à sociedade, mesmo para efeito de transferência.

53. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade limitada no Código Civil.

- (A) A designação de administradores não sócios depende de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado.
- (B) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas, sempre designadas no contrato social.
- (C) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- (D) A designação de administradores não sócios depende de aprovação de 2/3 (dois terços) dos sócios, no mínimo, enquanto o capital não estiver integralizado.

54. Assinale a alternativa que preenche a lacuna do trecho a seguir em conformidade com o Código Civil, no que diz respeito à disciplina da sociedade limitada.

É assegurado, aos sócios minoritários que representarem pelo menos _____ do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.

- (A) metade
- (B) um quinto
- (C) um quarto
- (D) um terço

55. De acordo com o Código Civil, aplicam-se, à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as

- (A) sociedades anônimas.
- (B) sociedades simples.
- (C) sociedades limitadas.
- (D) sociedades em nome coletivo.

56. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** quanto ao empresário ou ao estabelecimento empresarial.

- (A) A inscrição de sociedade que tenha por objeto social a exploração de atividade agropecuária no Registro Público de Empresas é facultativa.
- (B) Salvo disposição em contrário, o trespasse importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento.
- (C) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à sua transferência, desde que esses sejam regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado, pelo prazo de um ano, a partir de publicação do arquivamento da alteração contratual no registro público de empresas.
- (D) O empresário individual não dependerá de outorga conjugal para alienar imóvel utilizado no exercício da empresa, desde que exista prévia autorização do cônjuge referente à destinação do imóvel ao patrimônio empresarial.

57. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta relativamente ao estabelecimento empresarial, aos livros empresariais e auxiliares do empresário.

- (A) O preposto pode, independentemente de autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição, não respondendo pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
- (B) O adquirente de estabelecimento empresarial, por ato entre vivos, é legalmente impedido de usar o nome do alienante, mesmo tendo sido observados os seguintes requisitos: o contrato deve permitir a utilização do nome do alienante pelo adquirente; o nome do alienante deve ser precedido do nome do adquirente; e deve constar a qualificação do adquirente na condição de sucessor do alienante.
- (C) O preponente responde com o gerente pelos atos que este pratique em seu próprio nome, mas à conta daquele.
- (D) Os livros empresariais possuem as funções administrativa, documental e fiscal, sendo o diário livro empresarial especial obrigatório.

58. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta sobre o regime jurídico do empresário e do estabelecimento empresarial.

- (A) O contrato de compra e venda do complexo de bens materiais ou imateriais, organizado para o exercício da atividade econômica ou da empresa, denomina-se trespasse, equivalendo à cessão de quotas sociais e à alienação de controle de sociedade anônima.
- (B) Aquele que exerce, profissionalmente e com intuito de lucro, atividade de natureza científica não é considerado empresário, desde que a atividade por ele realizada não constitua elemento de empresa.
- (C) A continuação da atividade empresarial por empresário ou sócio incapaz não depende de autorização judicial.
- (D) Os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo da empresa, não serão atingidos pelas dívidas contraídas em favor desta última.

59. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta quanto ao nome empresarial.

- (A) Os livros e fichas dos empresários e sociedades não fazem prova senão depois de autenticados pela Junta Comercial.
- (B) O direito brasileiro erige à condição de princípio norteador do regime jurídico do nome empresarial o princípio da veracidade, que apresenta como uma de suas projeções normativas a necessidade de que a firma individual deva ser constituída sob o patronímico do empresário individual.
- (C) Nome empresarial e título do estabelecimento são conceitos distintos, referindo-se o primeiro à forma como o empresário é conhecido no espaço empresarial em que realiza seus negócios, ao passo que o segundo relaciona-se com a limitação da responsabilidade do empresário.
- (D) A sociedade anônima opera mediante a adoção de firma ou razão social, que deve designar o objeto social e ser integrada, alternativamente, pelas expressões sociedade anônima ou companhia, por extenso ou abreviadamente.

60. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** sobre a arbitragem no Direito Brasileiro.

- (A) É possível a aplicação de direito estrangeiro para a solução de um conflito submetido a processo arbitral.
- (B) A arbitragem obedecerá ao procedimento estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, facultando-se, ainda, às partes, delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento.
- (C) O compromisso arbitral é uma das espécies de convenção de arbitragem.
- (D) Sobrevindo, no curso da arbitragem, controvérsia acerca de direitos indisponíveis, e verificando-se que de sua existência, ou não, dependerá o julgamento, o árbitro, ou o tribunal arbitral, remeterá as partes à autoridade competente do Poder Judiciário, suspendendo o procedimento arbitral.

61. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta sobre a capacidade do empresário e os livros empresariais.

- (A) Em matéria de prova, há contra o empresário uma presunção absoluta decorrente de sua escrituração.
- (B) O livro de registros de duplicatas é obrigatório para todos os empresários.
- (C) Menor de dezesseis anos pode ser sócio de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, desde que não possua poderes de administração, esteja devidamente representado e de que o capital social esteja totalmente integralizado.
- (D) Se o representante legal de empresário individual acometido de doença mental que o torne absolutamente incapaz estiver impedido, por lei, de exercer atividade empresarial, o juiz determinará, necessariamente, o encerramento dessa atividade.

62. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** sobre o estabelecimento ou o nome empresariais.

- (A) O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar pode sempre ser conservado na firma social.
- (B) O STJ consolidou entendimento de que a penhora de imóvel no qual se localiza o estabelecimento da empresa é permitida, excepcionalmente, quando inexistentes outros bens passíveis de penhora.
- (C) A sociedade em comandita por ações deve utilizar denominação como nome empresarial.
- (D) O STJ adotou o entendimento de que, no Brasil, o registro de nomes de domínio na internet é regido pelo princípio '*First Come, First Served*', segundo o qual é concedido o domínio ao primeiro requerente que satisfizer as exigências para o registro.

63. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** quanto ao registro do empresário ou aos impedimentos para o exercício da atividade empresarial.

- (A) Não são incompatíveis para a participação no colégio de vogais da mesma junta comercial os parentes consanguíneos e afins até o segundo grau e os sócios da mesma empresa.
- (B) Incumbe ao Departamento Nacional de Registro do Comércio estabelecer e consolidar as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas.
- (C) Incumbe ao Departamento Nacional de Registro do Comércio elaborar a tabela de preços dos serviços prestados pelas juntas comerciais, observadas as normas legais pertinentes.
- (D) É vedado aos magistrados o exercício de atividade empresarial, seja como empresário individual ou como sócio de pessoa jurídica que exerce atividade empresarial, sendo que, nesse último caso, o impedimento se estende ao magistrado sócio que não possui poderes de gestão ou disposição patrimonial.

64. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta sobre arbitragem no Direito Brasileiro.

- (A) Reportando-se as partes, na cláusula compromissória, às regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada, a arbitragem será instituída e processada de acordo com tais regras, podendo, igualmente, as partes estabelecerem, na própria cláusula ou em outro documento, a forma convencionada para a instituição da arbitragem.
- (B) As partes, de comum acordo, não poderão afastar a aplicação de dispositivo do regulamento do órgão arbitral institucional ou entidade especializada que limite a escolha do árbitro único, coárbitro ou presidente do tribunal à respectiva lista de árbitros, autorizado o controle da escolha pelos órgãos competentes da instituição, sendo que, nos casos de impasse e arbitragem multiparte, deverá ser observado o que dispuser o regulamento aplicável.
- (C) O compromisso arbitral não é autônomo em relação ao contrato no qual estiver inserido, de tal sorte que a nulidade deste implicará a nulidade daquele.
- (D) O árbitro precisa ter formação jurídica, e as partes podem escolhê-lo de acordo com a especialidade técnica que seja mais útil à solução da questão em concreto.

65. No que se refere a servidores públicos, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) Somente a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público.
- (C) A aplicação aos servidores públicos dos direitos sociais esculpidos na Constituição Federal, face à natureza social desses direitos, é restrita aos servidores contratados pelo regime celetista.
- (D) O limite remuneratório constitucional dos servidores públicos aplica-se somente aos investidos em cargos da administração pública direta.

66. No que se refere a agentes públicos, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Ao Ministro de Estado, não compete praticar atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.
- (B) Em qualquer caso que exija o afastamento do cargo para exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço do servidor público será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoções por merecimento.
- (C) O limite remuneratório de cargos ou empregos públicos permitido pela Constituição Federal não inclui a soma total dos proventos de inatividade percebida a título de proventos de inatividade.
- (D) Segundo a norma constitucional federal, estável é o servidor público nomeado para cargo público de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público, após três anos de efetivo exercício e cumpridos os requisitos avaliatórios.

67. No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, dentre outras funções, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (B) O controle da Administração Pública compete exclusivamente ao controle interno.
- (C) O controle interno da Administração Pública não mantém relações com o controle externo.
- (D) O controle interno da Administração Pública é uma atividade de natureza judicial pela sua relevância, objetivando o cumprimento das normas constitucionais e legais relativas à Administração Pública.

68. No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) O direito da Administração de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 10 (dez) anos contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) A revogação, invalidação e convalidação de quaisquer atos administrativos é competência exclusiva do Poder Judiciário.
- (C) A Administração Pública deve anular seus atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) Somente o Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos têm competência exclusiva para exercer a revogação de atos administrativos.

69. No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) O poder de polícia administrativa é exercido somente no âmbito da administração pública municipal, porque se restringe às questões locais.
- (B) É competência exclusiva do chefe do poder executivo condicionar ou restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos dos administrados.
- (C) Limitar ou disciplinar o uso e gozo de bens, atividades e direitos dos administrados é exercício do poder de polícia administrativa.
- (D) Somente o Poder Judiciário, pela relevância de suas funções jurisdicionais, tem competência para o exercício do poder de polícia administrativa.

70. No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (B) Em todas as hipóteses de desapropriação de bens pelo Estado, o pagamento ao desapropriado será efetuado exclusivamente em dinheiro.
- (C) Somente os bens privados de particulares poderão ser objeto de desapropriação.
- (D) Na desapropriação para fins de reforma agrária por interesse social, as benfeitorias úteis e necessárias do imóvel desapropriado serão indenizadas em títulos da dívida agrária.

71. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Exclusivamente os danos patrimoniais comprovados serão objeto de indenização pelas pessoas jurídicas de direito público.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) O servidor público não será responsabilizado, em nenhuma hipótese, pelos danos causados a terceiros.
- (D) Somente as pessoas jurídicas de direito público poderão ser responsabilizadas pelos danos causados por seus agentes, nessa qualidade, a terceiros.

Instrução: As questões **72** a **78** referem-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

72. Levando em consideração a redação do artigo 60, constante sob o Título *Da Organização dos Poderes*, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, de estado de sítio ou de intervenção federal nos Estados.
- (B) A proposta de emenda não será objeto de deliberação se tendente a abolir a forma republicana de governo e a separação dos poderes.
- (C) A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pela Mesa do Senado Federal.
- (D) A proposta de emenda será votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos presentes.

73. Tendo em vista as normas previstas sob o Título *Da Ordem Econômica e Financeira*, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) Com base nos incisos do artigo 170, constam, entre os princípios a serem observados na Ordem Econômica, a função social da propriedade, a erradicação da pobreza e a defesa do consumidor.
- (B) Segundo o artigo 173, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida em qualquer caso, principalmente quando necessária aos imperativos da segurança nacional.
- (C) Conforme o artigo 170, estão, entre os fundamentos da Ordem Econômica, a valorização do trabalho humano e o desenvolvimento nacional, tendo por fim assegurar a todos existência digna.
- (D) De acordo com o artigo 174, o Estado é agente normativo e regulador da economia e deve exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.

74. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5º, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) É garantido o direito de reunião exercido pacificamente, em locais públicos, independentemente de autorização, sem frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, assim como é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificações profissionais estabelecidas em lei.
- (C) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou de instrução processual de qualquer natureza.
- (D) É assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação e também o acesso de todos à informação, sendo revelada a fonte, mesmo quando necessário o sigilo da mesma em razão do exercício profissional.

75. Levando em consideração a redação dos artigos 102 e 103, sobre Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) Quando o Supremo Tribunal Federal julgar Ação Direta de Inconstitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, o Advogado-Geral da União deve ser ouvido previamente, e o Procurador-Geral da República deve ser previamente citado para defender o texto ou ato impugnado.
- (B) A Ação Direta de Inconstitucionalidade é cabível para questionar exclusivamente a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal perante o Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro de constitucionalidade a Constituição Federal.
- (C) O efeito vinculante atribuído às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal abrange os demais órgãos do Poder Judiciário, o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal e a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (D) Podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal a Mesa da Câmara dos Deputados, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e partido político com representação no Congresso Nacional.

76. Tendo em vista a previsão do artigo 37, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) O aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, durante o prazo prorrogável previsto no edital de convocação, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego.
- (B) A vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público é vedada.
- (C) A proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange apenas as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, sem afetar as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- (D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados, podendo ser acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

77. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta com relação a precatórios, à luz do artigo 100, constante sob o Título *Da Organização dos Poderes*.

- (A) O Presidente de Tribunal competente que, por ato comissivo, tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá exclusivamente perante o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) É facultada ao credor, independentemente de autorização em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos.
- (C) A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos oriundos de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.
- (D) O credor poderá ceder a terceiros, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios, estando tal procedimento condicionado à concordância do devedor.

78. Tendo em vista a previsão do *caput* do artigo 227, assinale a alternativa que contém assertiva **INCORRETA**.

- (A) É dever da sociedade e do Estado colocar a salvo de toda a forma de negligência, discriminação e exploração a criança, o adolescente e o jovem.
- (B) É dever da família e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à moradia, à saúde e à alimentação.
- (C) É dever do Estado e da sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à educação, ao lazer e à profissionalização.
- (D) É dever da família e da sociedade colocar a salvo de toda a forma de violência, crueldade e opressão a criança, o adolescente e o jovem.

79. Em ação indenizatória embasada no Código Civil, alega o autor ter sofrido danos materiais e morais causados por suposta ação imprudente do réu, que teria causado um acidente de trânsito. O réu, em contestação, nega a prática da suposta ação imprudente e alega não ter o demandante sofrido danos materiais ou morais. Depois de dada a oportunidade às partes de produzir provas, a demanda é julgada parcialmente procedente, considerando-se que nem o autor e nem o réu haviam se desincumbido dos seus ônus probatórios. Levando em conta que nenhuma das partes tenha produzido provas, a decisão do magistrado

- (A) está incorreta, e a demanda deveria ter sido julgada improcedente, considerando que o autor não se desincumbiu de fazer provas sobre os fatos constitutivos do seu alegado direito, e que o réu não detinha ônus de provar, considerando suas alegações defensivas.
- (B) está correta, considerando que a prova da prática de ação imprudente e da ocorrência dos danos incumbia ao autor, e que a prova da inexistência da ação imprudente e dos danos incumbia ao réu.
- (C) está incorreta, e a demanda deveria ter sido julgada procedente, considerando que o réu tinha o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos e extintivos alegados.
- (D) está correta, considerando que o autor estava desincumbido da prova dos danos, por conta de presunção legal que militava a seu favor, e que a prova da inexistência da ação imprudente e dos danos incumbia ao réu.

80. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta quanto ao agravo de instrumento.

- (A) A cópia da petição que originou a decisão agravada é considerada, pelo sistema vigente, peça obrigatória para instrução da petição de agravo de instrumento.
- (B) Admite-se que o Tribunal converta em retido o agravo de instrumento interposto contra a decisão do juiz de primeiro grau que deixa de receber o recurso de apelação.
- (C) Caso o agravante não requeira a juntada, aos autos do processo de primeiro grau, de cópia do agravo e de comprovante de sua interposição, o Tribunal poderá, de ofício, deixar de conhecer do recurso.
- (D) Da decisão do relator que indeferir o pedido de efeito suspensivo ou de antecipação da tutela recursal, não cabe pedido de reconsideração.

81. Sendo citado em ação de execução de título extrajudicial, o executado apresenta embargos à execução. Com relação a tais embargos, é correto afirmar que

- (A) poderão contar com efeito suspensivo, mas, a fim de que os embargos sejam conhecidos, é necessária, entre outras coisas, a prévia garantia do juízo por penhora, depósito ou caução.
- (B) poderão contar com efeito suspensivo, mas, a fim de que tal efeito seja deferido, é necessário, entre outras coisas, a prévia garantia do juízo por penhora, depósito ou caução.
- (C) não contarão, de regra, com efeito suspensivo e só poderão versar sobre falta ou nulidade de citação, inexigibilidade do título, penhora incorreta ou avaliação errônea, ilegitimidade das partes ou excesso de execução.
- (D) não contarão, de regra, com efeito suspensivo, e a decisão relativa aos efeitos dos embargos não poderá ser modificada, salvo por instância superior.

82. Foi julgada parcialmente procedente demanda em que o autor pleiteava indenização por danos materiais e morais, para condenar o réu exclusivamente ao pagamento de danos materiais e, quanto a esses, em valor inferior ao pleiteado na petição inicial. O autor apresenta recurso de apelação, pedindo reforma da sentença para majoração dos danos materiais. O réu apresenta, também, recurso de apelação, pedindo reforma da sentença para que se reconheça a inexistência dos danos materiais. Considerando que os recursos de ambas as partes preenchem os requisitos para conhecimento, o Tribunal

- (A) tem autorização legal para julgar sobre a ocorrência dos danos materiais e morais, considerando o efeito devolutivo das apelações.
- (B) não tem autorização legal para julgar sobre o valor dos danos morais, considerando o efeito expansivo da apelação e a proibição de *reformatio in pejus*.
- (C) tem autorização legal, mesmo sem alegação das partes nesse sentido, para reconhecer a ocorrência de coisa julgada, considerando o efeito translativo das apelações e a inexistência de proibição, quanto a tal efeito, de *reformatio in pejus*.
- (D) não tem autorização legal, sem alegação das partes nesse sentido, para reconhecer a existência de incapacidade de alguma das partes, considerando o efeito substitutivo das apelações e a proibição, quanto a tal efeito, de *reformatio in pejus*.

83. A respeito do sequestro cautelar, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) A manutenção da eficácia do sequestro está condicionada ao ajuizamento da ação principal no prazo de 30 dias, contados da data da efetivação da medida.
- (B) Não cabe a decretação de sequestro dos frutos do imóvel objeto de ação reivindicatória.
- (C) A escolha do depositário do bem sequestrado segue a mesma ordem de nomeação do depositário do bem penhorado.
- (D) Uma vez julgada procedente a ação principal, o sequestro se resolve, automaticamente, em penhora.

84. Nos Juizados Especiais Cíveis, não poderão, entre outros, ser parte:

- (A) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) as pessoas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte.
- (C) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- (D) o incapaz, o preso e o insolvente civil.

85. O autor moveu ação de reintegração de posse, alegando, na petição inicial, que o réu havia invadido o terreno por ele possuído, o que configuraria, segundo o autor, situação de esbulho. Isso posto, assinale a alternativa que contém afirmativa correta a respeito do procedimento especial da ação de reintegração de posse.

- (A) Caso a demanda tenha sido ajuizada há mais de ano e dia da data do esbulho, o autor perderá o direito a que lhe sejam concedidas quaisquer medidas urgentes.
- (B) Considerando ter restado provada turbação de posse, em vez de esbulho, o juiz não deve julgar a demanda improcedente, mas conceder a proteção possessória correspondente.
- (C) Não se admite que o autor cumule com o pedido de reintegração de posse o pleito de indenização por perdas e danos causados pelo esbulho.
- (D) Se o réu desejar pleitear a proteção possessória em seu próprio favor, deverá, obrigatoriamente, aforar reconvenção, em peça separada da contestação.

86. No que se refere ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, assinale a alternativa que contém afirmação correta.

- (A) Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), renda é apenas o produto do trabalho, os demais casos de incidência enquadram-se em proventos de qualquer natureza.
- (B) Sobre o valor recebido por pessoa física de seu empregador a título de auxílio pré-escolar (ou auxílio-creche) para os seus filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, incide imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) Os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais possuem natureza remuneratória e não escapam à tributação pelo imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza da pessoa jurídica.
- (D) O princípio da progressividade do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza determina que esse tributo deve incidir sobre todas as exteriorizações de riqueza.

87. O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) é

- (A) de competência da União, porém é possível ao Município onde está localizado o imóvel fiscalizar e cobrar o imposto.
- (B) de competência da União e do Município onde está localizado o imóvel.
- (C) de competência da União; é possível ao Município onde está localizado o imóvel somente fiscalizar a cobrança do imposto.
- (D) de competência da União; é possível ao Município onde está localizado o imóvel somente cobrar o imposto.

88. O imposto sobre a transmissão *inter vivos* (ITIV/ITBI) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos

- (A) decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for apenas a locação de bens imóveis.
- (B) incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nos termos da Constituição Federal.
- (C) decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for apenas a compra e venda desses bens ou direitos e a locação de bens imóveis.
- (D) decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for apenas a compra e venda desses bens.

89. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta em relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

- (A) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana não poderá ter alíquotas progressivas atendendo a função preponderantemente arrecadatória.
- (B) Somente os municípios têm a competência para instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (C) A progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, prevista no § 4º do inc. II do art. 182 da Constituição Federal, tem função preponderantemente extrafiscal.
- (D) O imposto só poderá ter alíquotas diferenciadas em função da localização do imóvel.

90. Para pleitear a restituição do pagamento indevido de IPTU, é necessária

- (A) apenas a prova do pagamento indevido.
- (B) a prova de haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- (C) apenas a prova de estar autorizado expressamente pelo terceiro que assumiu o referido encargo.
- (D) apenas a prova de haver assumido o referido encargo.

91. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta em relação à isenção de imposto.

- (A) A outorga de isenção de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana implica a isenção da taxa de coleta de lixo correspondente.
- (B) A isenção é instrumento de política fiscal; por essa razão, jamais poderá gerar direito adquirido.
- (C) A não incidência de imposto sobre a propriedade territorial rural de imóvel pertencente a determinado município decorre das isenções gerais específicas ao patrimônio dos entes públicos.
- (D) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares, sem que com isso ocorra a violação do princípio da isonomia.

92. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta em relação à anistia.

- (A) A anistia se aplica apenas aos atos qualificados em lei como crimes.
- (B) A anistia abrange as infrações cometidas em qualquer tempo em relação à vigência da lei que a concede.
- (C) É possível a concessão de anistia através de despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- (D) A multa tributária não está incluída no crédito tributário, razão pela qual o seu perdão se dá através da anistia e não através da remissão.

93. Considere a seguinte situação: "X" e "Z", ambos com dezenove anos de idade, planejaram, em comum acordo, furtar bens dos pais de "X", quando estes estivessem ausentes. Na data combinada, os agentes subtraíram joias e dinheiro, no valor total de R\$ 10.000,00, da residência do casal, local onde reside "X". Os pais de "X" contam, cada um, cinquenta e cinco anos de idade.

Diante do caso apresentado, é correto afirmar que

- (A) apenas "X" será beneficiado pela escusa absolutória e terá afastada sua punibilidade.
- (B) "X" e "Z" devem ser condenados pelo crime de furto duplamente qualificado (com abuso de confiança e mediante concurso de duas ou mais pessoas).
- (C) "X" deverá ser condenado pelo crime de furto duplamente qualificado (com abuso de confiança e mediante concurso de duas ou mais pessoas) e "Z" pelo crime de furto qualificado (mediante concurso de duas ou mais pessoas).
- (D) em virtude das regras do concurso de pessoas e da comunicabilidade das circunstâncias e condições de caráter pessoal, "X" e "Z" serão beneficiados pela escusa absolutória prevista nas disposições gerais dos crimes patrimoniais.

94. Sobre as causas de extinção da punibilidade previstas no Código Penal, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) A reincidência não interfere na contagem dos prazos de prescrição.
- (B) A extinção da punibilidade pela preempção pode ocorrer na ação penal privada exclusiva e na ação penal privada subsidiária da pública.
- (C) A declaração de extinção da punibilidade pela morte do acusado deverá ser comprovada pela juntada de sua certidão de óbito.
- (D) A inimputabilidade penal é causa de extinção da punibilidade.

95. De acordo com as regras legais que tratam da ação penal, assinale a alternativa que contém afirmação correta.

- (A) Se "X" foi vítima do crime de difamação praticado por "Y" e "Z", não se admite que o ofendido, por razões de foro íntimo, ofereça queixa-crime apenas contra "Z", haja vista o reconhecimento do caráter indivisível da Ação Penal Privada.
- (B) Em se tratando de crimes procedidos por meio de Ação Penal Pública Incondicionada, a vítima poderá oferecer Ação Penal Privada Subsidiária em face do pedido de arquivamento do inquérito policial firmado pelo representante do órgão acusatório.
- (C) Na Ação Penal Pública Condicionada à Representação, a vítima, ou seu representante legal, decairá do seu direito de representação no prazo de 3 (três) meses, a contar do dia em que tomar ciência da autoria do crime.
- (D) Nos crimes procedidos por Ação Penal Pública Condicionada à Representação, o ofendido poderá retratar-se ou oferecer perdão, contanto que o faça antes da prolação da sentença.

96. Sobre os crimes praticados por funcionários públicos, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante autoridade fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, configura o crime de advocacia administrativa, previsto no artigo 321 do Código Penal.
- (B) O agente que exige, solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobra-os parcialmente, pratica o crime de corrupção passiva, inscrito no artigo 317 do Código Penal.
- (C) O peculato, em qualquer uma de suas modalidades, é considerado como crime próprio, razão pela qual não se admite a ocorrência de coautoria ou participação envolvendo particulares.
- (D) O crime de concussão, de natureza puramente formal, prescinde da obtenção de qualquer vantagem indevida para sua consumação.

97. Sobre a execução das penas privativas de liberdade e medidas de segurança, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) A remição da pena é admitida apenas em decorrência da realização de atividade laboral pelo preso e será computada à razão de 1 (um) dia de pena para cada 3 (três) dias de trabalho.
- (B) Em que pese a ausência de limitação legal, o prazo máximo para cumprimento das medidas de segurança, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é de 30 (trinta) anos.
- (C) No caso de revogação do livramento condicional, independentemente do seu fundamento, o período em que o liberado esteve solto não será computado para fins de cálculo da pena cumprida.
- (D) O exame de verificação da cessação da periculosidade do agente submetido a medida de segurança deverá ser realizado em intervalos mínimos de 6 (seis) meses.

98. Neste ano de 2015, a Grécia tornou-se alvo de atenção da comunidade internacional. Recentemente, esse país aprovou o Terceiro Memorando, acordo em que se compromete a implantar medidas de austeridade. No que se refere ao Terceiro Memorando, assinale a alternativa que contém afirmação **INCORRETA**.

- (A) Teve o voto contra de 32 deputados do Syriza.
- (B) Prevê a entrada de investimentos na ordem de 85 bilhões de euros na Grécia.
- (C) Foi aprovado com 222 votos a favor, 24 contra e 11 abstenções.
- (D) Foi aprovado pela Presidente do Parlamento, Zoe Konstantopoulou.

99. O reatamento recente das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos é um dos fatos históricos mais marcantes do ano. A respeito disso, pode-se afirmar que

- (A) John Kerry foi o primeiro secretário de estado americano em missão oficial a visitar Cuba desde 1945.
- (B) foi encerrado, com essa aproximação, o embargo econômico imposto, em 1962, por John Kennedy.
- (C) a maioria republicana do Congresso norte-americano aprova as relações bilaterais EUA-Cuba.
- (D) a reaproximação em andamento significa sintonia diplomática.

100. Em edição recente, o Jornal *O Globo* noticiou que o planeta perdeu uma área florestal de 129 milhões de hectares, ao longo de 25 anos.

Assinale a alternativa com afirmação correta sobre o desmatamento.

- (A) Nunca houve tanto desmatamento em tão pouco tempo.
- (B) Houve uma clara desaceleração no ritmo do desmatamento mundial, indicando um alento futuro.
- (C) Houve um processo de aceleração do desmatamento evidente ao longo dos anos e que segue em curso.
- (D) Manteve-se o padrão do desmatamento praticado em áreas florestais.